



J. Rosa Nunes
Prof. Doutor

Nós pagamos...

quem mais podia ser...

Uma das muitas características que é fácil de identificar nos portugueses, para além de serem resilientes, pragmáticos, com capacidade de adaptação, sentido de comunidade, modestos, capacidade de sofrimento e apreço pela tradição, é a de usarmos frequentemente a ironia e sátira, em grande parte como meio de lidar com as adversidades, principalmente sociais e financeiras, que ocorrem no dia a dia.

Quando a situação nos é adversa e tende a instalar-se, mesmo com tendência para se perpetuar, o “bom do português” transforma-a em anedota permitindo assim, de modo jocoso, tratar os mais variados assuntos. Identificam-se causas e consequências de um qualquer assunto político, económico ou social, resultante da ação de um “ilustre”, mas normalmente incompetente político ou governante, que dando mostras de uma tendência para a “asneirite”, muitas vezes nem nota o que faz. Apenas fica surpreendido quando se reconhece refletido no anedotário nacional, como é o mais recente caso “Montenegro e as férias”.

O português na sua grande maioria contador exímio de estórias, “conta, reconta e se necessário acrescenta um ponto”, consegue rir de si ou entre amigos, daquilo que são os seus próprios e profundos problemas. Na nossa literatura, quer moderna quer contemporânea, são inúmeros os escritores que mais ou menos ironicamente, trataram/tratam de modo jocoso os mais diversos assuntos sociopolíticos. Entre muitos permito-me salientar Gil Vicente, Bocage, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Cardoso Pires, Lobo Antunes ou Mário de Carvalho.

Alguns houve como Aquilino Ribeiro, Alves Redol, Gomes Ferreira, Manuel Alegre e a “enorme Senhora açoriana” de seu nome Natália Correia que, entre 1933-1974 no período do fétido “estado novo”, sofreram as agruras de ações policiais e judiciais que lhes foram “impostas” por gentilha, que ao ocuparem pseudo cargos de relativa importância socioeconómica e/ou política acharam (apenas num contexto provinciano como era a sociedade portuguesa, de então...) estar acima da crítica consciente, lúcida, verdadeira e satírica.

Foram muitos aqueles, que de um modo quase “heroico” e ao longo de dezenas de anos juntaram as achas numa fogueira que se chamou 25 de Abril. Era inevitável e apenas os imbecis se permitiram pensar que era possível sobreviver a tamanha degradação socioeconómica que se vinha gradualmente sentindo e crescendo. Como em tudo, a razão sobrepõem-se à ignorância atrevida, mesmo quando originada num qualquer político/governante.

Pessoalmente aconselho os políticos, com algum ênfase no caso dos regionais açorianos (que identifiquei melhor; infelizmente...) a conhecer, por exemplo, o Museu da Presidência, onde estão expostos “desenhos/caricaturas” de Costa Gomes e Mário Soares (o num.1 da revista Gaiola Aberta, da responsabilidade de José Vilhena), de Mota Amaral, Monjardino ou Medeiros Ferreira. Todos líderes políticos que conseguiram marcar mais ou menos profundamente o seu tempo, em melhores ou piores momentos, como é natural, sempre “assumindo” os comentários/caricaturas que lhes foram atribuídas.

Recomendo aos “políticos regionais” aproveitarem o período de estio e lerem, se conseguirem, por exemplo a “Boneca de neve e os 700 anões” (1962), de Vilhena ou “A câmara da tortura das palavras” (1972), com ilustração de João Abel Manta ou ainda a obra fenomenal “Dinossaurom Excelentíssimo”, de José Cardoso Pires. De certo não só melhorarão os conhecimentos pessoais, como também poderão encarar uma provável alteração na sua atuação, enquanto políticos a trabalhar para o povo, o que frequentemente esquecem.

Criaram-se, por exemplo ao longo do período democrático, imagens jocosas de partidos políticos nacionais, no caso do CDS-PP, que de tão poucos deputados eleitos a nível nacional, foram identificados como o “partido do táxi”; de Santana Lopes, oito meses como primeiro ministro, destituído pelo presidente da República, e que conseguiu “encher” diariamente a comunicação social, devido ao que foram “anedotas” políticas resultantes da sua (calamitosa) governação; de José Sócrates, bom vivente da classe política nacional, que se permitiu(e) gozar de tudo e todos (sendo tal uma realidade dos nossos dias, ao exigir indemnizações e conseguindo-as do Estado), etc.

Tinha esperança, muita, de que os políticos tivessem aprendido que

“quem não quer ser criticado, não se mete a jeito”. A experiência leva a considerar que quem quer ser um verdadeiro político tem, antes de aceitar qualquer cargo, de fazer “obrigatoriamente” uma profunda análise retrospectiva à sua vida pessoal, profissional, familiar e íntima e só então aceitar o cargo político. A comunicação social, de qualquer nível, é hoje felizmente algo muito sério que encara em primeiro lugar a sua função social pública e não a de “servir” a política e os políticos. Graças aos Santos que tal é uma realidade, mesmo nos Açores, e com tendência a torna-se mais exigente.

Tudo o referido anteriormente, resultado de mais uma semana de surpresas e no que concerne as notícias provenientes do governo regional e/ou algum político. No caso presente respeita à “magnífica” atuação do vice-rei Artur Lima e pelo apoio que o elenco governativo - através de José Bolieiro - indiscutivelmente lhe prestou. Refere a notícia, vinda a público, que Artur Lima, senhor todo poderoso do CDS-A, da ilha Terceira e arredores, não ficou satisfeito com comentários - mais ou menos sarcásticos/íntimos - de utilizadores de varias redes sociais sobre o “senhor dos anéis da Terceira” ou serão mais “alianças de coligação com o PSD-A”?

Vai daí, de modo sub-reptício, como convém nestes casos, apresentou uma queixa crime contra terceiros pelos mais diversos comentários. Não resistindo ao sofrimento do seu pequenino ego, assumiu ter razão para fazer aquilo que, talvez para mais de 90% dos utilizadores das redes sociais, pelo mesmo motivo, se poderiam levantar processos crimes. Mas “esses” não se chamam Artur Lima e muito menos assumem ter a importância pública dele, o suporte de Bolieiro e do governo regional, o dinheiro público e conseguem, encolhendo os ombros, “deixar passar”.

Este processo com resultado jurídico tornado público está semana, através da comunicação social, foi durante anos objeto de análise jurídica. Não consigo saber, até porque o governo regional e o Lima recusam comentar o assunto (como sempre e vergonhosamente fazem) ou porque Bolieiro - qual irmãozinho da “Távora Redonda” do conselho de governo - providenciou uma “mãozinha amiga” iniciando idêntico processo jurídico.

Durante cinco anos este processo, nos segredos políticos da escura caverna do governo regional, foi tratado por um gabinete jurídico fora da Região. Para esta decisão devem ter contribuído os governantes que quiseram tratar o assunto na maior obscuridade, de modo a não o conhecermos. Tal decisão representa um atestado de incompetência aos gabinetes regionais ou, em alternativa, talvez tenham chamado a atenção para a situação ridícula e a inviabilidade de êxito.

Ficamos na dúvida porque nem Artur Lima nem Bolieiro têm - nem terão - a dignidade pessoal ou política de nos esclarecer, aliás como sempre acontece em assuntos demonstrativos das incompetentes atuações deste “desastre” que se identifica, jocosamente, como governo regional.

Penso estarmos perante a situação de que devemos exigir dos políticos eleitos na assembleia regional que, rapidamente, abram um inquérito a saber quem iniciou este processo e porque razão o governo deu início a um “adicional e idêntico”; quem pagou aos escritórios de advocacia (apercebo-me de duas verbas de 12 mil euros); quem autorizou estes pagamentos e através de que rubricas orçamentais foram consumados os pagamentos; se no caso de existirem taxas de pagamento de justiça, dado que os processos foram arquivados, quem satisfará o compromisso?

Mas mais do que todos estes custos, seria interessante/obrigatório considerar que Artur Lima e o responsável do governo, tornassem público rapidamente a razão para criar estes processos, que tal era necessário para o nosso bem estar e solicitassem desculpa pública por tal atitude perante o único indiciado/absolvido do processo e a nós pela má imagem dada dos Açores.

Já não chega a imagem degradante de turistas octogenários a dormir em aeroportos (nenhum deles familiares de políticos regionais); crianças em idade de amamentação a chegarem ao Pico pelas quatro da manhã, sem qualquer apoio, após horas de atrasos; aviões com problemas técnicos frequentemente ou mesmo a espera em São Miguel, durante 45 minutos para a recolha de malas do voo de Santa Maria (SP -106), com duração de 25 minutos, quase o dobro do tempo de voo. Antes assumissem a urgência de resolver problemas sérios que temos, do que criarem “conflitos” quais “Gaiola das Loucas”. Volta José Vilhena que muita falta fazes.